

O SR. MIGUEL MARCONDES:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, há dias comunicuei a Casa o estado lamentável da indústria farmacêutica no Brasil. Falei, então, da necessidade da criação da FARMACOBAS. Hoje, o Jornal do Brasil publica uma entrevista de S. Ex.º o Ministro da Saúde, com exemplos friantes do grande prejuízo que essa indústria causa a nossa Nação.

E uma verdadeira desordem a forma como se faz o comércio dos remédios atualmente.

Veja V. Ex.ª, Senhor Presidente: O produto-base de hormônio, o Estradiol, que a Ciba importa ao preço de 33, 55 dólares, é vendido na França pela mesma Ciba, ao preço de 1 dólar. Isso significa que há um superfaturamento de 32 dólares. Outro produto chamado Sulfamedoxim de piridina, importado por 101,65 dólares, a Sanhara Midi vende por 69,83 dólares. Esses são os pequenos exemplos, mas há os grandes e clamorosos que mostram como se rouba na indústria farmacêutica brasileira à custa da miséria do povo.

Existe um antibiótico de largo emprego, hoje imprescindível, no formulário médico, o clorocenicol, que no mercado internacional alcança o preço de 54 dólares e no Brasil a firma importa pelo preço de 380 dólares. Além disso... A Sidney Ross importa a cloroquina-base que custa no mercado internacional 70 dólares, pelo preço de 1.500 dólares. Vemos quanto paga o povo brasileiro pelos produtos que poderiam ser vendidos a um preço perfeitamente acessível permitindo inclusive o acesso à saúde à nossa população. Por isso, Senhor Presidente, quero congratular-me com S. Ex.º o Senhor Ministro da Saúde e renovar à Casa a necessidade de se implantar em nosso País a Farmacobrás. (Muito bem).

O SR. ABEL RAFAEL:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, estamos a par de uma outra greve de professores no Distrito Federal. Enquanto isso, aquela Comissão que pedi há muito tempo quando denuncie a infiltração comunista no ensino em Brasília, não se reúne mais. Senhor Presidente, o Senhor Aderbal Jurema, que é o Presidente da Comissão, não aparece aqui. O Senhor Clay Araújo, Vice-Presidente, não aparece. A Comissão não se reúne e os fatos que denunciarei — que alguns homens do Governo querem desmorrer — estão ali, patentes. Os professores toparam o Secretário de Educação, que não é mais um banana como o Sr. Elias Rosa, mas um homem de pulso, como o Doutor Pujol quando ele exerceu os bagunçeiros. Eles pediram demissão. Até o Chefe de Gabinete do Doutor Pujol pediu demissão. Isso numa sexta-feira, para criarem dificuldades, como denunciou o Senhor Deputado Epitácio Cafeteira. Pois, Senhor Presidente, o Doutor Pujol aceitou a demissão dos homens. Eles, agora, estão fazendo greve, porque o Doutor Pujol aceitou a sua demissão. Val-se ao Elefante Branco, ao curso noturno — as salas estão vazias, não há aulas, porque os professores estão em greve. O Prefeito está, parece, deixando correr o tempo seguro pelo Doutor Caillar. Não sai mesmo, porque não acabou de pagar os 300 milhões. Não adianta que a administração vá para a frente ou para trás. Não adianta esses chateados elozarem o Prefeito. Não vemos nada. As escolas não funcionam e as greves continuam. Os nossos filhos não estudam. Os meus não vou os três dessa escola bagunça, que é a escola pública em Brasília. Estou em escolas particulares. As escolas públicas ficam para os desbrax. Estou em escolas particulares. As escolas públicas estão desalfabetizando.

É um absurdo. A comissão que esta Câmara requereu e instituiu não se reúne. Mas como é possível. Senhor Presidente, consertar este pobre do Distrito Federal, se tudo aqui está contaminado pelo soviete supremo. O Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Senhor Darcy Ribeiro, é o presidente do soviete supremo. E um comunista. O seu ajudante é o Doutor Raul Ryff, outro comunista. Agora, completando o soviete supremo do Brasil, foi nomeado para Chefe da Casa Militar da Presidência da República o General Assis Brasil, outro comunista. Estão entregues os postos-chaves nas mãos desses homens que rotam a democracia a três por dois.

Estamos assistindo aqui a este descalabro: cada dia que passa, Brasília piora, principalmente no setor do ensino. Há três anos, estou acusando. Os Deputados do Governo não têm mais coragem de defender o Governo. Há três anos, estou acusando a infiltração comunista no ensino do Brasil. Dizem que tenho mania de comunismo mas os fatos estão aí provando. De vez em quando um Deputado vem aqui denunciar os mesmos fatos, estão corroborando o que eu disse.

Agora, é o próprio Secretário de Educação, Doutor Pujol, que denuncia esses fatos e pede ajuda nos Deputados, para verem o que está acontecendo lá no Elefante Branco, nas escolas, como a de Taquatinga, que é um núcleo comunista onde não se dá aula, mas se preza o marxismo, como se faz na Universidade de Brasília. No entanto, nem todo o mundo tem coragem para denunciar essas coisas e a raça dos chaleiras não acaba nunca. O Governo tem sempre algo para dar e um Deputado da oposição que grita apenas e demonstra fatos, não tem nada para dar, não consegue demitir, não nomear ninguém. E continuaremos nesta desgraça.

Que os Senhores Deputados pensem um pouco no futuro do Brasil. Não adianta ser contra ou a favor do Governo porque no dia em que isto virar nós seremos todos da oposição. As revoluções, quando tomam conta de uma nação, primeiro esmagam os que lhe eram favoráveis. E a história de Saturno, devorando os próprios filhos. De forma que os Deputados "cór-de-rosa" não esperem que pelo seu silêncio vão ganhar alguma coisa, vão ganhar um posto mais alto do que o meu. Denunciei então esse comunismo no ensino médio de Brasília, esses comunistas no Governo, no Gabinete do Presidente da República, esse soviete supremo, denominado pelo Senhor Darcy Ribeiro, pelo Senhor Raul Ryff e pelo recém-nomeado General Assis Brasil; esse comunismo imposto pela Associação de Professores Primários e Secundários de Brasília, imposto no ensino médio. Qualquer Deputado que queira comprovar o que estou acusando, vá visitar o Elefante Branco, as escolas municipais, agora. Neste momento, saem daqui e vão visitá-los: encontrarão as salas vazias, porque os professores comunistas estarão apenas fazendo pregação, os alunos, atacando o Secretário de Educação, lançando manifesto, numa pretensa defesa da escola pública, que ninguém quer destruir. O que queremos é a eficiência no ensino. Não me preocupo apenas com o comunismo.

Se o professor for comunista, mas competente, culto, eficiente, será professor a despeito de qualquer doutrina que professe porque sou integralista de quatro costados, nunca, na minha cátedra, admiti qualquer crítica. Sempre fui consciente e conheço professores competentes de qualquer credo, mesmo comunista, a quem respeito porque não interfere com o ensino e sua eficiência, mas estamos encontrando em Brasília, Senhor Presidente, a ineficiência, a incapacidade

acobertadas pelas ideologias que muitos protegem. (Muito bem; muito bem).

O SR. EWALDO PINTO:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, está definido mais um aumento no preço da gasolina. É fácil prever as consequências imediatas de mais esse aumento no custo de vida: é o sofrimento, o estrago que isto representa para a maioria esmagadora da população. Evidentemente, trata-se, aí, de implicação complexa de natureza camuflada, de manipulação financeira de alta complicação. Mas não há dúvida de que este governo, armado como nenhum outro dos mais amplos recursos legais para enfrentar o problema do custo de vida, não está aplicando esses recursos, nem mesmo a lei que criou a SUNAB, lei delegada, portanto, elaborada pelo governo, como quis, conforme pretendi, sem nenhuma óbice, nenhuma dificuldade, nenhuma restrição que dá margem ampla, vastíssima, de interferência do poder público no domínio econômico, para defender a população, defender as classes menos favorecidas, que serão inevitavelmente levadas ao desespero nessa marcha. Além disso, que é feito da lei de repressão ao abuso do poder econômico, a tão reclamada, a tão discutida lei anti-juste, instrumento considerado imprescindível para combater a carestia, para combater os especuladores, para combater os grupos econômicos? Essa lei de repressão ao abuso do poder econômico levou seis meses para ser regulamentada; isto é, depois de aprovada pelo Congresso, ficou dormindo seis meses sem que fosse regulamentada, portanto, sem condições para aplicação. Depois de regulamentada, com seis meses de atraso, tratava-se de encaminhar ao Senado o nome dos integrantes do CADE, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que deveria aplicar a lei. Pois bem, o expediente relativo ao encaminhamento dos nomes ao Senado ficou mais dois meses nas gavetas do Palácio do Planalto, porque o Governo não chegava a um acordo quanto aos nomes que deveriam integrar o referido Conselho. Portanto, mais de oito meses se esgotaram, sem que tivesse condições para aplicação, e agora, confesso que não sei o que foi feito dessa lei.

Além disso, outro instrumento poderosíssimo nas mãos do Governo, se ele quisesse defender os interesses populares, seria a lei de remessa de lucros para o exterior. Para que se iniciasse a aplicação dessa lei, foi preciso que os próprios deputados do PTB, se não me falha a memória, com o Professor Temperani Pereira à frente, saíssem de repente para exigir isto. Portanto, estão aí os três instrumentos poderosíssimos de defesa do povo: a Lei da SUNAB, a Lei de Repressão dos Abusos do Poder Econômico e a Lei de Regulamentação da Remessa de Lucros.

No entanto, estamos aí com novo aumento, que implicará imediatamente no aumento das tarifas de ônibus, de táxi, no aumento das passagens de avião, e, o que é pior, no aumento do transporte rodoviário em geral, no transporte de mercadorias. E hoje, com a aberração do nosso sistema de transporte, que repousa quase exclusivamente sobre o caminhão, teremos, assim, mais um aumento brutal no custo de vida, mais um impacto inflacionário intolerável. (Muito bem).

O SR. GUERREIRO RAMOS:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) Sr. Presidente, pedi a palavra para falar sobre a constituição do Grupo Executivo da Indústria Farmacêutica, cujos membros acabam de ser nomeados. O meu eminente colega Dep. Miguel Marcondes acabou de fazer lúcidias considerações a respeito desta iniciativa, e, com

justiça, ligou o nome do eminente Ministro Wilson Fadul a este empreendimento. Seria ocioso eloziar o Ministro Fadul por esta medida de caráter emancipacionista, pois Sua Excelência vem realizando naquele Ministério um corajoso programa de sentido nacionalista e deixou aqui, mais este aplauso consignado a esta sua iniciativa.

Mas, Sr. Presidente, deajo acentuar que esta medida, a constituição do Grupo Executivo da Indústria Farmacêutica, retira o problema da indústria farmacêutica do plano: o diagnóstico e o localiza no plano prático da terapêutica. É uma medida que merece a atenção não só desta Casa como de todo o País, pois ela tem todos os visos de realismo e de seriedade.

Aqui está, Sr. Presidente, o resumo da medida, que tem três pontos fundamentais:

No primeiro ponto, verificamos que, realisticamente, o grupo se organiza para promover a substituição de importações no plano das matérias-primas destinadas à fabricação de remédios. Ora, não é possível obviar a situação calamitosa em que se encontra a indústria farmacêutica no Brasil, em que cerca de 90% dela está nas mãos de empresários estrangeiros, sem se atentar para este problema de instalação de indústria nacional que fabrique as matérias-primas de utilização na indústria farmacêutica. É este aspecto realístico foi considerado no ato que criou a instituição. Ao mesmo tempo, o ato prevê um crédito de duzentos milhões de cruzeiros, que é pouco, sem dúvida, mas, tendo em vista esse prazo final de Governo, espero que este crédito seja aumentado porque é preciso que este grupo de trabalho realize as suas atividades na base da análise específica de projetos de industriais brasileiros que tencionem realizar a fabricação de matérias-primas para a indústria farmacêutica. Esse aspecto da abertura de um crédito é muito importante, porque, certamente, desta maneira, o Governo realmente pode dar uma solução a este problema.

Mas, Sr. Presidente, terminando, há um aspecto deste ato, o que diz respeito à revisão da Convenção de Paris de 1883. O Brasil subscreveu essa convenção que, por assim dizer, constituiu o ato inicial pelo qual se regula a transferência de invento de um país para outro. Também por aí, senhor Presidente, a questão está bem cercada. Apresentei a esta Casa projeto sobre patentes de invenção que, de certa maneira, complementa a iniciativa que o Brasil tomou em 1961, por ocasião da 16ª Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual eu, como representante do Brasil, apresentei um projeto que teve a felicidade de ser aplaudido por 84 nações. Hoje, Senhores Deputados, este projeto, transformou-se numa resolução da ONU, tem vigência, portanto, mundial. O Brasil é, portanto, um pioneiro nesse esforço de revisão do sistema internacional jurídico que administra a transferência de tecnologia de um país para outro; portanto, um esforço de revisão na questão das patentes. É essa iniciativa para nós, nesta Câmara, tem uma importância fundamental, porque é preciso rever a posição do Brasil como subscretor da Convenção de Paris. É necessário propor, concretamente, as reivindicações do nosso País no que diz respeito à vigência universal da Convenção de Paris.

Lanco daqui apelo aos dignos e competentes membros do novo grupo executivo, no sentido de que realizem um esforço de levantamento de estatística do problema que permita ao Congresso formular ideia concreta sobre as reivindicações do Brasil no que se refere à vigência da Convenção de Paris.

Era isto o que eu tinha a declarar. (Muito bem).